

A DEMOGRAFIA DAS SOCIEDADES INSULARES PORTUGUESAS. SÉCULOS XV A XXI

CARLOTA SANTOS
PAULO TEODORO DE MATOS

FICHA TÉCNICA

Título: A Demografia das Sociedades Insulares Portuguesas. Séculos XV a XXI

Coordenação: Carlota Santos e Paulo Teodoro de Matos

Revisão: Joana Paulino

Figura da capa: Luís Teixeira, Descrição das Ilhas de São Jorge e do Pico.

Pergaminho colado sobre madeira, A 70 x L 93 cm. 1587.

Biblioteca Nazionale Centrale di Firenze, Portulano 17

Reproduzido com a autorização do Ministero dei Beni e delle Attività Culturali e del Turismo da Repubblica Italiana

Edição: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória»

Design gráfico: Helena Lobo www.hldesign.pt

ISBN: 978-989-8612-06-9

Depósito Legal: 368276/13

Concepção gráfica: SerSilito-Empresa Gráfica, Lda. www.sersilito.pt

Braga, Setembro 2013

DINÂMICAS DEMOGRÁFICAS E CRISES DE MORTALIDADE NA CIDADE DO FUNCHAL, 1750-1830

CARLOTA SANTOS*

PAULO TEODORO DE MATOS**

PAULO SILVEIRA E SOUSA***

1. INTRODUÇÃO

O presente capítulo enquadra-se no desenvolvimento de uma linha de investigação subordinada à dinâmica demográfica e social dos espaços urbanos em Portugal no decurso dos séculos XVII a XIX¹. A selecção da cidade do Funchal como objecto de estudo, entre 1750 e 1830, deve-se ao facto de esta ser uma importante concentração urbana a nível nacional, constituir a nível do arquipélago uma concentração macrocéfala, sem qualquer rival próximo, ser um importante porto de escala e uma das primeiras cidades de modelo europeu a ser criadas nas fronteiras do continente a meio caminho dos espaços coloniais; por outro, pelo parco conhecimento das principais linhas de força da demografia desta cidade e do arquipélago da Madeira, em geral.

No período em apreço o perímetro urbano do Funchal compreendia três paróquias: Sé, São Pedro e Santa Maria Maior. Contudo várias freguesias circunvizinhas eram populosas e possuíam alguns traços urbanos, como são os casos de São Gon-

* Investigadora do CITCEM (Universidade do Porto e Universidade do Minho) – Grupo de História das Populações, csantos@ics.uminho.pt.

** Investigador do CHAM (Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores) e do CITCEM – Grupo de História das Populações, plmatos@fcsh.unl.pt

*** Investigador do CHAM (Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores), paulo.sousa@eui.eu

¹ «Espaços urbanos: dinâmicas demográficas e sociais (séculos XVII-XX)», coordenado por Carlota Santos, referência PTDC/HIS-HIS/099228/2008, co-financiado pelo orçamento do programa COMPETE e pelo orçamento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

çalo, Santo António, São Martinho, São Roque, Nossa Senhora do Monte e Santa Luzia. No último quartel do século XVIII estimavam-se cerca de 11,500 efectivos no Funchal, valor que não se alterará muito em 1820. Apesar do fraco crescimento demográfico registado entre 1750 e 1820 a cidade concentrava cerca de 15% do efectivo madeirense. Esta cifra atesta a importância da capital da Madeira na rede urbana portuguesa, tanto no panorama insular, como continental. Assim, tomando por referência o ano de 1820, o Funchal assumia o 7.º lugar no *ranking* português do continente e ilhas, com valores bastante próximos das cidades de Braga, Coimbra, Ponta Delgada e Setúbal, nenhuma destas com mais de 15 mil habitantes².

Além da importância demográfica a cidade possuía uma composição social muito diversificada, assim como várias populações flutuantes. Aqui residiam importantes grupos de estrangeiros, em especial britânicos, envolvidos no comércio internacional, sendo também notória a presença de africanos – a maioria dos quais escravos – essencialmente afectos ao serviço doméstico.

Na segunda metade de setecentos a vinha desempenhava um papel central na economia madeirense, constituindo a sua principal exportação. No entanto, é também durante este período – de crescimento da vitivinicultura, da sua orientação para o mercado externo e da consolidação do vinho Madeira como produto internacional de luxo – que eclodem, com alguma regularidade, sucessivas crises de mortalidade³. A ocorrência de diversos surtos de mortalidade bem documentados, em grande medida decorrentes da escassez de subsistências e da carestia de cereais é, para alguns investigadores, fruto de uma economia de cariz predominantemente agrícola, marcada pelo seu carácter tradicional e muito especializado. A excessiva ocupação do solo com o cultivo da vinha fazia perigar o suficiente provimento de cereais, aumentando o espectro da fome em anos de má colheita, numa época em que a batata ainda não havia sido introduzida neste ilha⁴. Simultaneamente, a Madeira continuava produzir essencialmente cereais de sequeiro, como o trigo, o centeio e a cevada, tendo apenas beneficiado do cultivo em larga escala do milho a partir, sensivelmente, da década de 1850⁵. A corroborar estes argumentos em torno das instáveis subsistências, numa ilha quer de crescimento demográfico relativamente

² MATOS e MARQUES, 2002: 26-31.

³ CARITA, 1999: 212-220.

⁴ A batata começou a ser cultivada na ilha da Madeira durante a década de 1760, tendo os primeiros túberculos sido importados do vizinho arquipélago das Canárias. A expansão desta cultura demorou, contudo, algumas décadas, ver, entre outros, ALMEIDA, 1817: 473-487. Convém também referir que na década de 1750 já era cultivada batata doce, embora em pequenas quantidades, e que, tal como no arquipélago dos Açores, se fazia largo consumo de inhames desde a segunda metade do século XVII, ver FERRAZ, 1990: 20-22 e BRANCO, 1987: 189-197.

⁵ Ver entre outros BRANCO, 1987: 77.

elevado, quer de recorrentes surtos de mortalidade, estariam também os intensos fluxos migratórios, maioritariamente direccionados para o Brasil a partir de 1747, muitos deles promovidos pela Coroa e enquadrados pelos seus agentes⁶.

Certos autores, como Jorge Freitas Branco, destacam uma relação não causal entre as fomes e as vagas emigratórias, salientando quer o papel de uma «viticultura forçada», quer a «desigualdade gerada pelos mecanismos sociais de acesso à terra»⁷. Os interesses económicos colocados na exportação de vinho e a exiguidade de produções agrícolas diversificadas deixariam as populações na quase dependência do exterior em períodos de carestia frumentária. Esta problemática encontra alguns paralelos com os Açores. Neste arquipélago também estão bem documentadas fomes, insuficiências agrícolas e migrações para o Brasil na segunda metade de setecentos, existindo informações aparentemente contraditórias entre, por um lado, o excessivo peso demográfico e, por outro, o predomínio de uma estrutura da distribuição da propriedade fundiária, que limitava quer um maior crescimento, quer a intensificação da produção agrícola⁸. No entanto, nos Açores, quer a batata, quer o milho chegaram mais cedo e tiveram um papel muito importante na transformação da agricultura e dos modelos de exploração e de cultivo, permitindo uma distribuição das subsistências relativamente mais regular.

Apesar dos testemunhos contraditórios entre a suposta abundância de gentes e a capacidade de expansão demográfica do arquipélago da Madeira é sabido que na viragem para o século XIX, e durante as suas primeiras décadas, o arquipélago foi atingido por uma crise económica associada ao declínio das exportações de vinho e a anos sucessivos de seca, que afectavam sempre mais a vertente sul da ilha da Madeira, onde também se concentrava a maioria da população⁹. A esta má conjuntura económica associou-se a ocorrência de sucessivas crises de subsistências, bem como o surgimento e a propagação de surtos epidémicos de forte intensidade, em décadas também marcadas por uma menor coordenação institucional, relacionada quer com a primeira ocupação inglesa da Madeira (1801), quer com a transferência da Corte para o Brasil (1808), quer ainda com o ambiente de conflito político que marcou a década de 1820.

O presente capítulo pretende estimar e discutir dados de natureza demográfica relacionados com o crescimento da população e com a articulação entre natalidade e mortalidade, fazendo-se uma caracterização mais aprofundada desta última variável, sobretudo ao nível da sua geografia e da sua dimensão. Pretendemos, assim,

⁶ PIAZZA, 1992; RAU, 1965.

⁷ BRANCO, 1987: 193-197.

⁸ Uma discussão aprofundada sobre esta questão pode ser encontrada no capítulo de Avelino de Freitas de Meneses, «A população dos Açores em meados do século XVIII» que integra este livro.

⁹ DUARTE, 1997: 36.

aprofundar o conhecimento das dinâmicas demográficas da ilha da Madeira e da cidade do Funchal, em particular, fornecendo igualmente elementos que auxiliem a uma visão mais clara acerca das respectivas tendências.

A primeira parte deste estudo divide-se em duas secções. De início apresentaremos as principais fontes de informação demográfica, em particular os registos paroquiais, os róis de confessados e os mapas estatísticos da população, procurando-se igualmente aquilatar a sua qualidade. Numa segunda secção, iremos medir a evolução dos efectivos da cidade do Funchal em estreita relação com o conjunto da ilha da Madeira, de modo a obter informações mais detalhadas sobre o eventual paralelo das tendências de crescimento, não só entre a cidade e a ilha (entre o rural e o urbano), como também ao nível da própria geografia urbana e das suas diferentes unidades.

A segunda parte deste estudo fará a caracterização das variáveis demográficas natalidade e mortalidade. Pretende-se medir o volume anual de ambos estes comportamentos à escala de cada uma das paróquias, ou freguesias, urbanas, sem descurar o importante fenómeno dos expostos que, com variações, influenciava os grupos etários mais jovens da maioria das cidades portuguesas de Antigo Regime. Tal averiguação incluirá a construção de certos indicadores, designadamente as taxas brutas, de modo a acompanhar e comparar a intensidade destes comportamentos. Finalmente, procuraremos delimitar e interpretar as crises de mortalidade ocorridas na cidade do Funchal, complementado esta análise com bibliografia e documentação primária coeva, de modo a fornecer uma visão mais aprofundada da natureza e dimensão destas crises.

2. AS FONTES

Os registos paroquiais de baptismos, matrimónios e óbitos das freguesias da Sé, São Pedro e Santa Maria Maior constituem as fontes básicas desta investigação. A partir da recolha da informação relativa aos diferentes actos vitais procedeu-se a uma avaliação dos respectivos volumes anuais em cada uma das paróquias, ao longo do período entre 1750 e 1830. No caso de Santa Maria Maior, os dados disponíveis são mais tardios já que toda a documentação paroquial foi destruída por ocasião do aluvião que, em 9 de Outubro de 1803, devastou população e edifícios na cidade do Funchal, incluindo o espólio depositado na Igreja de Santa Maria.

Para a segunda metade do século XVIII, e com idêntico objectivo, foram utilizadas as séries numéricas construídas a partir das mesmas fontes e publicadas por Maria de Lourdes Ferraz, para o período entre 1750 e 1803¹⁰. Se de um modo

¹⁰ FERRAZ, 1990: 3.

geral o estado de legibilidade dos registos originais garante a fiabilidade destas séries, o mesmo não sucede com os 1,054 assentos de óbito produzidos entre 1750 e 1763 na freguesia de São Pedro, deteriorados pela água e pela lama¹¹. Este facto justifica a análise mais tardia da incidência da mortalidade nesta zona da cidade. Como forma de controle da qualidade das séries mencionadas procedeu-se, por amostragem, ao seu confronto com os registos paroquiais. Em 7 anos testados para cada paróquia registou-se uma oscilação dos baptismos e óbitos compreendida entre os 4% e os 7%, discrepância ligeira que assegura a robustez da análise.

O volume de óbitos levantado entre 1800-1830 (Sé e São Pedro) e 1804-1830 (Santa Maria Maior) ascende a 13,330 registos, 3,641 correspondentes à Sé, 6,487 a São Pedro e 3,202 a Santa Maria Maior. Para o período anterior (1750-1799) as séries respeitantes à Sé (9,797) e São Pedro (5,012) totalizaram 14,808 mortes. Em resumo, o suporte empírico deste trabalho assenta na observação e classificação de 28,139 óbitos. A este quantitativo, deverão ser adicionados os 432 registos de expostos falecidos na freguesia da Sé entre 1800 a 1830, inscritos em livro próprio.

De modo a analisar a evolução dos saldos fisiológicos e a interacção entre a natalidade e mortalidade contabilizaram-se também os baptismos para o conjunto das três paróquias, apurando-se um valor total de 16,103 registos (1800-1830), incluindo os expostos baptizados na Sé. Os baptismos da Sé e São Pedro (1750-1799) levantados por Maria de Lourdes Ferraz atingiram os 15,700, incluídos os expostos¹².

Durante o Antigo Regime, e em todos os diferentes territórios da Coroa portuguesa, o formulário, as regras e os procedimentos a seguir nos assentos paroquiais eram estabelecidos pelas Constituições dos respectivos bispados. O formulário dos registos paroquiais só viria a ser padronizado, a nível nacional, a partir de 1859¹³. Se bem que as directivas pombalinas a este respeito sejam explícitas quanto à exigência de requisitos mínimos na elaboração dos assentos, observaram-se variações decorrentes da maior ou menor precisão e observância de cada redactor, sobretudo no que se refere ao detalhe e sequência dos informes prestados. A verificação dos assentos nas paróquias em estudo revela, no entanto, uma boa qualidade da informação, não tendo sido identificadas falhas cronológicas¹⁴. Por outro lado, os registos

¹¹ FERRAZ, 1990: 14.

¹² FERRAZ, 1990: 5-7.

¹³ Cf. o Decreto de 8 de Outubro de 1859, do Ministério dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça, em *Diário de Governo*, n.º 239 de 11.10.1859.

¹⁴ Nos registos da freguesia de Santa Maria Maior, devido à destruição dos livros anteriores a 1803, foram acrescentados vários assentos de baptismo referentes a anos anteriores, provavelmente na sequência das «justificações de baptismo». Estes casos não foram contabilizados.

foram sistematicamente alvo de visitas pastorais, no âmbito das quais o prelado apontava correcções menores ou pontuais, o que reforça a qualidade das fontes.

Na generalidade, a informação disponibilizada pelos registos de óbito incluía sistematicamente o nome, filiação, identificação dos maiores e menores¹⁵, estado civil (excepto para os indivíduos solteiros) e naturalidade. Como seria de esperar nesta época a identificação das causas de morte é esporádica, sendo apenas referida de forma muito vaga quando o óbito decorria de situações excepcionais na perspectiva do pároco redactor: geralmente mortes acidentais ou repentinas, suicídios, ou causas mais específicas no contexto de surtos epidémicos como a varíola, vulgarmente designada por «bexigas». Também com carácter pouco frequente surgia a menção da idade ao óbito¹⁶.

Os «róis de confissão» correspondem aos levantamentos anuais da população sujeita aos preceitos quaresmais, sendo conduzidos pelo pároco com a finalidade de fiscalizar o cumprimento das normas. Para a quantificação da população da ilha da Madeira, e da cidade do Funchal em particular, utilizou-se o «Registo dos Róis de Confissão», uma fonte composta por livros, onde se procedia à transcrição dos extractos finais dos «róis de confissão e comunhão» enviados pelas entidades paroquiais à Câmara Eclesiástica. Esta fonte, disponível desde 1793, permite a construção de séries anuais para o número de fogos e movimento da população¹⁷. Até 1810 a referência aos menores de confissão (0-7 anos) aparece subestimada, tornando-se sistemática e de boa qualidade a partir desta data. O apuramento do volume populacional anterior a 1810 contempla, por isso, uma estimativa para este grupo. A estimativa foi efectuada separadamente para cada paróquia (15 a 18%) tendo presente a informação fornecida pelos «mapas da população» de natureza civil e pelo registo dos róis de confissão posterior a 1810.

Utilizamos ainda os «mapas da população», elaborados de acordo com várias Ordens Régias e que são fontes de natureza civil que decorriam de avisos e portarias enviados pela Secretaria de Estado dos Negócios Ultramarinos e Marinha aos governadores. A partir da década de 1770, estes mapas começam a ser produzidos, de forma dispersa e nem sempre sistemática, em muitos territórios do Ultramar português¹⁸. Contudo, ao contrário dos Açores e de possessões como Goa onde existem séries consistentes, no caso da Madeira, apenas dispomos desta informação

¹⁵ Em várias situações assinalavam-se os recém-nascidos.

¹⁶ Contudo, em Santa Maria Maior, a percentagem de assentos com averbamento de idade foi significativamente mais elevada em termos comparativos.

¹⁷ Arquivo Regional da Madeira (ARM) – *Câmara Eclesiástica. Registo Geral*, livros 4 e 5.

¹⁸ MATOS, 2012: 379-393.

para os anos de 1767, 1781, 1797 e 1803¹⁹. Os dados contidos nestes mapas são de natureza variável: o de 1767 apenas fornece o quantitativo total de habitantes (maiores e menores de confissão), mas em contrapartida contem dados sobre o total de baptismos e óbitos ocorridos entre 1759 e 1766. As tabelas relativas a 1781 e 1797 desagregam a população por freguesias e classificam-na quanto à idade por grupos irregulares²⁰, enquanto a de 1803 apresenta características idênticas à produzida em 1797, embora disponibilize apenas os totais do arquipélago. É, contudo, importante destacar que a informação de base destes «mapas da população» é de natureza eclesiástica, sendo recolhida a partir dos róis de confessados e livros de registo paroquial e, posteriormente, remetida à secretaria-geral da Capitania.

3. VOLUME DE EFECTIVOS E CRESCIMENTO POPULACIONAL

Segundo os dados disponíveis, o arquipélago da Madeira registou um crescimento anual de 0,7% entre 1750 e 1825 (Tabela 2). No entanto, esta evolução revelou-se irregular, com taxas de crescimento que variaram entre 1,0% e 0,8%, nos períodos entre 1781 e 1800 e entre 1800 e 1825, respectivamente. Entre 1750 e 1781 deparamo-nos com um crescimento bastante mais lento, que está em consonância com uma fase de maior desenvolvimento da mortalidade. Em termos comparativos com o arquipélago dos Açores, observou-se um crescimento bastante mais acelerado na Madeira, já que a Taxa de Crescimento Anual (TCA) açoriana registou valores correspondentes a 0,06%, entre 1768 e 1800, e a 0,65%, entre 1800 e 1819²¹. Relativamente ao Continente sabe-se que entre 1768 e 1800 a TCA ascendeu a 0,6%, enquanto que, de 1800 a 1819, se situara em 0,16%, confirmando assim o rápido crescimento dos efectivos madeirenses²². No quadro da cidade do Funchal esboçam-se, contudo, diferenças significativas. O espaço urbano cresceu sempre a um nível inferior ao do arquipélago (com uma TCA de 0,3% entre 1781 e 1825), tendo o ritmo abrandado nas primeiras décadas do século XIX. Deste modo, se em 1781 o peso da população da cidade correspondia a 16% dos efectivos do arquipélago, em 1825 essa percentagem reduzia-se a 13%.

¹⁹ 1767, AHU – *Madeira*, cx. 2, docs. 294-297; 1781, AHU – *Madeira*, cx. 4, doc. 678; 1797 – Idem, cx. 6, doc. 994; 1803, idem, cx. 12, doc. 1585.

²⁰ 1767: Homens 0-7, 7-15, 15-60, 60+; Mulheres 0-7, 7-14, 14-40 e 40+; 1797: Homens 0-14, 15-60 e 60+; Mulheres 0-14 e 14+.

²¹ MATOS e SOUSA, 2008: 555.

²² Cf. *Anuário Demográfico de 1968*, LXV (retrospectiva 1527-1960), Lisboa, INE.

Tabela 1. Evolução dos efectivos no arquipélago da Madeira e cidade do Funchal (1750–1830)²³

Anos	Madeira	Funchal	Sé	São Pedro	S. Maria Maior
1750	59143				
1767	64624				
1781	69728	11489	4947	3870	2672
1794	79484				
1797	79774	11934	4413	4699	2822
1800	84126	12600	4595	4818	3187
1803	84364				
1805	87704	14194	5652	5169	3373
1806	87754				
1810	91090	14274	5037	5574	3663
1815	93188	11970	3698	4755	3517
1820	94840	11728	3456	4755	3517
1825	102000	13293	3066	6263	3964

Tabela 2. Taxas de crescimento anual no arquipélago da Madeira e cidade do Funchal (1750–1830) %²⁴

Períodos	Madeira	Funchal	Sé	São Pedro	S. Maria Maior
1750-1767	0,5	-	-	-	-
1767-1781	0,5	-	-	-	-
1781-1797	0,8	0,2	-0,7	1,2	0,3
1797-1800	1,8	1,8	1,4	0,8	4,1
1800-1805	0,8	2,4	4,2	1,4	1,1
1805-1810	0,8	0,1	-2,3	1,5	1,7
1810-1815	0,5	-3,5	-6,0	-3,1	-0,8
1815-1820	0,4	-0,4	-1,3	0,0	0,0
1820-1825	1,5	2,5	-2,4	5,7	2,4
Síntese					
1750-1781	0,5				
1781-1800	1,0	0,5	-0,4	1,2	0,9
1800-1825	0,8	0,2	-1,6	1,1	0,9
1781-1825	0,9	0,3	-1,1	1,1	0,9
1750-1825	0,7	-	-	-	-

²³ Fontes: Mapas estatísticos da população e registo dos róis de confessados para a diocese do Funchal.²⁴ $tca = ((Pc2 / Pc1)^{(1/n)} - 1) * 100$, onde n é o número de anos do período; $Pc1$ é a população à data do 1.º censo e $Pc2$ é a população à data do 2.º censo.

A evolução demográfica da cidade do Funchal esteve igualmente longe de ser homogénea no que diz respeito à geografia paroquial. Com efeito, se a paróquia da Sé registou uma significativa perda populacional entre 1781 e 1825 (TCA de -1,1%), São Pedro e Santa Maria Maior manifestaram uma tendência oposta (TCA de 1,1 e 0,9, respectivamente). No caso da Sé, o decréscimo foi bastante intenso a partir de 1805 e poderá ser explicado pela forte incidência da mortalidade, pela intensificação dos movimentos migratórios (possivelmente para freguesias circunvizinhas) e por eventuais consequências, diferidas no tempo, do aluvião de 9 de Outubro de 1803, que alterou a geografia do centro do Funchal²⁵. Este reordenamento modificou o peso de cada uma das paróquias no cômputo urbano (Tabela 1). A Sé, que em 1781 figurava como a freguesia de maior densidade, era a de menor expressão em 1825, com apenas 3,066 habitantes, ou seja menos de metade dos registados em São Pedro (6,263).

Apesar da gradual perda de representatividade populacional no arquipélago, o Funchal era uma cidade importante no contexto insular e até nacional, sendo ainda um importante porto de escala das rotas do Atlântico. Nos Açores, por exemplo, Ponta Delgada não ultrapassava os 13 mil habitantes em 1807²⁶. No quadro nacional apenas existiam, em 1820, 8 cidades com mais de 10 mil efectivos. Nesta perspectiva, o Funchal era seguramente a maior urbe dos arquipélagos atlânticos, situando-se ao mesmo nível de grandes cidades de província, como Braga, Coimbra, Setúbal e Ponta Delgada. Mesmo assim ficava ainda longe de aglomerados urbanos como o Rio de Janeiro que, em 1799, tinha já 44,468 habitantes e de Salvador da Baía que, em 1782, tinha 38,468 habitantes, ambas mais próximas da população da cidade do Porto²⁷.

4. OS COMPORTAMENTOS DEMOGRÁFICOS

A ocorrência cíclica de períodos de mortalidade excepcional constitui um elemento estrutural e caracterizador da demografia do passado, manifestando-se em subidas acentuadas e bruscas do volume de óbitos considerado «normal» e, frequentemente, na diminuição dos casamentos e concepções nos anos subsequentes²⁸. Condições ambientais particularmente desfavoráveis, propagação de epidemias,

²⁵ CARITA, 1982.

²⁶ MATOS e SOUSA, 2008: 576.

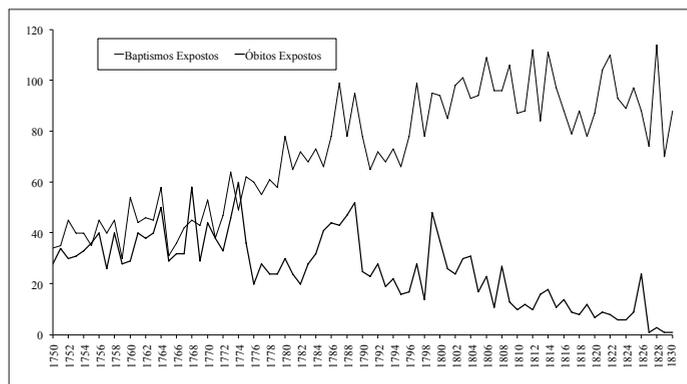
²⁷ MATOS e MARQUES, 2001: 23-30. Ver também *Resumo total da população que existia no ano de 1799, compreendidas as quatro freguesias desta cidade do Rio de Janeiro*. «Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro», 1858, vol. XXI. Rio de Janeiro, p. 216-217. “Mapa da Enumeração da gente e povo desta capitania...” 1782, AHU – *Conselho Ultramarino*, Brasil, Baía, caixa 58, doc. 11138-11140.

²⁸ LEBRUN, 1980: 205-234.

generalização de carências alimentares associadas a crises de subsistência, a fomes e carestias, foram reconhecidos como os principais detonadores destes cenários depressivos, produzindo um impacto quantificável em termos absolutos sobre a população²⁹. Em espaços urbanos, estes momentos críticos tendem a assumir contornos particularmente devastadores, atingindo sobretudo os estratos sociais menos favorecidos.

Antes da análise dos níveis de mortalidade, tanto normal como excepcional, observados nas paróquias da cidade do Funchal entre 1750 e 1830, é necessário proceder a uma leitura dos respectivos movimentos anuais de nascimentos e óbitos ao longo desse período³⁰. Contudo, na população em estudo estão incluídas as crianças abandonadas que, teoricamente provenientes das várias freguesias da ilha, eram na sua grande maioria baptizadas na Santa Casa da Misericórdia do Funchal, localizada na paróquia da Sé, onde a 10 de Setembro de 1724 tinha sido instituída uma roda de enjeitados, cuja criação ficaria posteriormente ao cuidado da Câmara³¹. Neste contexto, a Sé concentrou sempre um maior volume anual de óbitos e sobretudo de baptismos, do que as paróquias de São Pedro e de Santa Maria Maior, onde os respectivos valores foram sempre bem menores.

Gráfico 1.
Movimento anual de baptismos e óbitos de expostos na Sé (1750–1830)



No Gráfico 1 podemos verificar que, a partir de 1775 e ao contrário do que seria de esperar, o número dos baptismos registados nos «Livros de Expostos» da Sé foi sempre muito superior ao das respectivas mortes. Para explicar este fenómeno

²⁹ Ver entre outros HENRY, 1970; DUPÂQUIER, 1979; PÉREZ MOREDA, 1980.

³⁰ Os livros de registos paroquiais em finais do Antigo Regime são sempre mais completos a descrever os baptismos que os nascimentos. Sendo o baptismo um sacramento religioso este é sempre anotado. As referências ao nascimento efectivo das crianças são menos regulares e estão bastante dependentes do zelo dos párocos. Utilizamos, por isso, as séries de baptismos para calcular os nascimentos, podendo assim existir uma ligeira variação em função da mortalidade infantil.

³¹ JARDIM, 1996: 182.

pouco verosímil – já que este grupo é reconhecidamente vulnerável e caracterizado por uma altíssima probabilidade de morte prematura, agravada em fases de surtos epidémicos e de crises de subsistência – temos que nos recordar dos modelos de gestão das rodas de expostos adoptados pelas vereações municipais. A Câmara do Funchal, tal como sucedia noutras vilas e cidades portuguesas, entregava as crianças a amas de leite residentes em diferentes freguesias urbanas, ou mesmo rurais. Em caso de morte, os óbitos eram registado fora das freguesias onde tinham sido averbados os baptismos.

Comparando os saldos fisiológicos da população na área em estudo (Gráficos 2, 3 e 4) é assinalável a persistência generalizada de um número excedentário de óbitos em diversos anos da série. Assim, na paróquia da Sé registaram-se em 81 anos de observação 22 de saldo fisiológico negativo. Na paróquia de São Pedro acompanhada em 66 anos consecutivos, verificou-se um excesso de óbitos em relação aos baptismos em 18 anos. Finalmente, em Santa Maria Maior, ao longo de 27 anos ocorreram 6 de saldo fisiológico negativo.

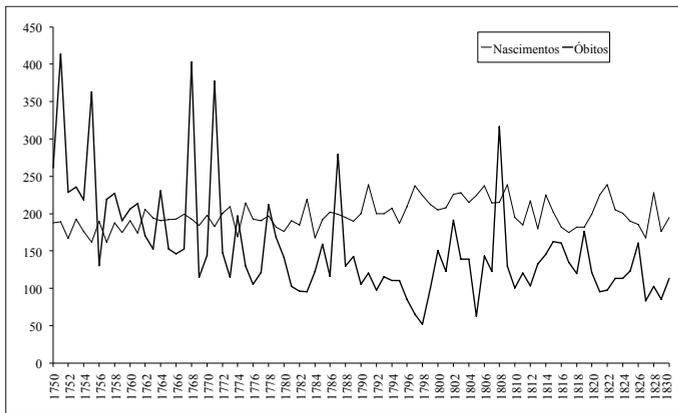


Gráfico 2.
Movimento anual de baptismos e óbitos na Sé (1750-1830)

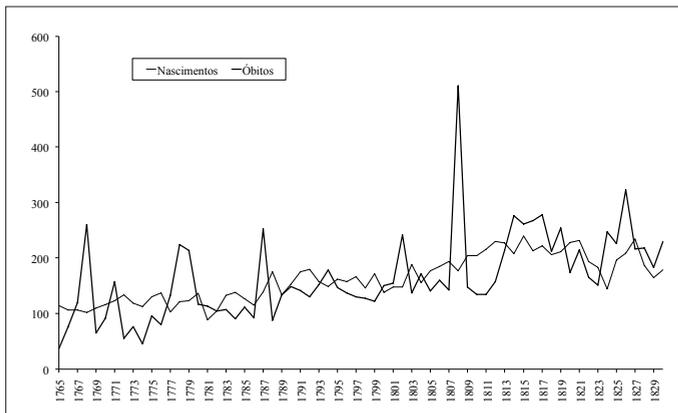
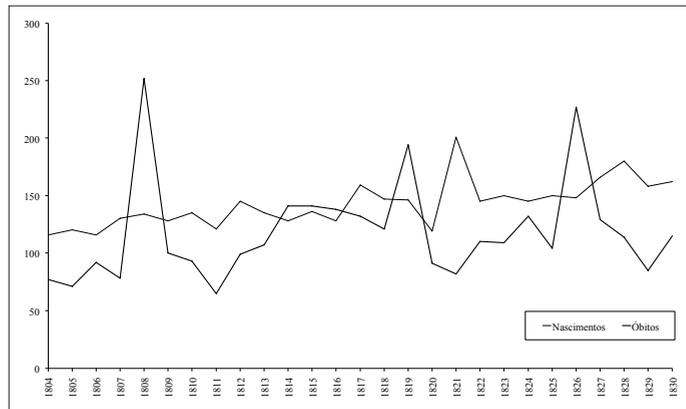


Gráfico 3.
Movimento anual de baptismos e óbitos em São Pedro (1765-1829)

Gráfico 4.
Movimento anual de
baptismos e óbitos em Santa
Maria Maior (1804–1830)



Esta interferência sistemática da mortalidade, ciclicamente agravada em anos de crise, produz consequências directas no crescimento da população urbana e constituirá uma das características estruturais da dinâmica populacional funchalense. Os valores apresentados na Tabela 3 revelam que, num total de 174 resultados anuais de óbitos (distribuídos pelas três paróquias), 89,7% inscrevem-se nos limites considerados normais, enquanto os restantes 10,3% correspondem a valores de crise. Os valores expressos revelam que em todo o período e para o conjunto das paróquias teria ocorrido em média um ano de mortalidade extraordinária para cada nove anos de mortalidade «normal».

Tabela 3. Mortalidade normal e mortalidade excepcional (1750–1830)

Paróquias	Total Anos	Anos normais	Anos de crise	Rácio
Sé	81	72	9	13
São Pedro	66	59	7	12
Sta. Maria Maior	27	25	2	8
Total	174	156	18	11

Embora em Santa Maria Maior só tenham sido contabilizados os óbitos a partir de 1804, os resultados encontrados para o século XIX são praticamente coincidentes com os que se registaram na Sé e em São Pedro, podendo presumir-se a permanência de um perfil de mortalidade comum desde meados de Setecentos. No entanto, algumas variações na intensidade deste fenómeno na paróquia de Santa Maria Maior poderão estar associadas a uma ocupação selectiva do espaço urbano, em função da disponibilidade económica dos diferentes estratos sociais. Por outro lado, tratando-se de populações implantadas numa área de baixa dimensão espacial, tanto as crises frumentárias como as de natureza epidémica tenderiam a manifestar-se em momentos aproximados.

Considerando os saldos fisiológicos observados para o conjunto das paróquias urbanas, disponíveis no Gráfico 5, será possível interpretar as taxas brutas de natalidade e mortalidade encontradas para o período entre 1781 e 1825, que podem ser analisadas na Tabela 4.

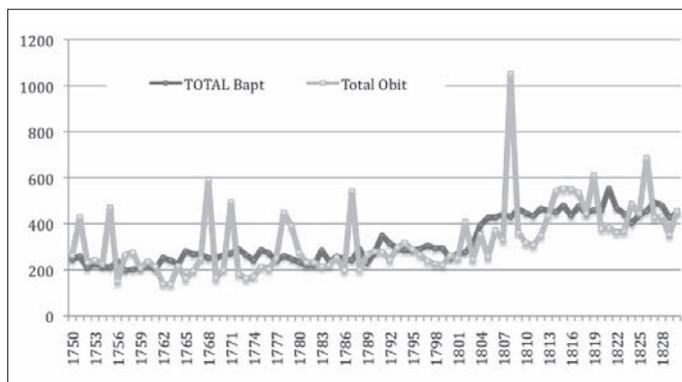


Gráfico 5.
Volume anual de baptismos e óbitos na Sé, São Pedro (1750-1830) e S. Maria Maior (1804-1830)

Para o cálculo destas taxas brutas de natalidade e mortalidade foram utilizados os mapas da população e róis de confessados já enumerados. A sua construção permite uma melhor medição e, sobretudo, comparação com outros espaços urbanos em idêntica cronologia.

Tabela 4. Taxas brutas de natalidade e mortalidade na cidade do Funchal, 1781-1825³²

Ano	TBN	TBM
1781	27,4	30,5
1797	32,3	27,2
1800	29,4	29,1
1805	29,8	23,2
1810	31,4	33,5
1815	38,4	43,8
1820	40,7	37,2
1825	33,6	36,3

As taxas brutas expressas na Tabela 4 foram calculadas para os anos relativamente aos quais se dispõe de informação sobre o volume populacional (1781-1825), desconhecendo-se os dados para os anos entre 1750 e 1780, período em que

³² Médias dos 5 anos envolventes, exceptuando a de 1800 (1804-1807). Até 1800 as taxas brutas referem-se às freguesias da Sé e São Pedro.

sabemos terem-se também verificado crises de mortalidade. Os anos em questão nem sempre coincidem com os que necessitaríamos de analisar, designadamente os de 1768 e 1808, onde se registam as maiores crises de mortalidade³³.

Apesar de não ser possível aferir cabalmente a robustez dos dados, a sua análise demonstra maiores oscilações na mortalidade (23 – 44%) do que na natalidade (27 – 41%) o que atesta de alguma forma a fiabilidade da informação. Com efeito, em sociedades pré-industriais a natalidade tende a ser mais constante já que é influenciada por factores culturais, enquanto as maiores flutuações da mortalidade acusam a estreita dependência desta variável relativamente às leis da natureza e às situações de crise.

As taxas brutas apuradas apontam para uma eventual existência de um sistema de alta pressão, onde a natalidade é frequentemente ultrapassada pela mortalidade, que funciona como reguladora do crescimento. Confirmando este modelo, verifica-se uma rápida subida da natalidade após terem ocorrido elevadas taxas de mortalidade (particularmente em 1815 e em 1820). Neste quadro importa saber até que ponto o estudo comparativo da natalidade e mortalidade de uma área urbana como o Funchal é compatível com a realidade, bem mais rural, do conjunto da ilha e, também, em que medida a cronologia e intensidade das crises da cidade do Funchal é transversal às registadas na ilha da Madeira como um todo. Por outras palavras, importa averiguar se existiam características demográficas específicas nas áreas urbanas de Antigo Regime.

Tabela 5. Taxas brutas de natalidade nas freguesias urbanas (1781–1825)³⁴

Ano	Sé		São Pedro	S.Maria M.
	Global	Sem expostos	Global	Global
1781	38,5	24,7	30,8	–
1797	48,4	29,6	34,9	–
1800	46,8	27,2	31,5	–
1805	39,6	22,1	34,8	36,5
1810	41,7	22,3	37,0	34,9
1815	52,1	27,3	46,7	39,0
1820	59,4	32,4	45,0	43,1
1825	62,0	33,2	30,8	38,3

³³ No cálculo das taxas foram retirados os baptismos e óbitos de expostos por perturbarem a observação. Se por um lado se possa presumir que muitos expostos fossem oriundos de várias outras paróquias rurais da ilha, por outro a baixa mortalidade deste grupo a partir do último quartel de Setecentos sugere que em muitos casos os seus óbitos tivessem sido registados nas freguesias de residência das amas a quem eram entregues, também no termo rural.

³⁴ Foram utilizadas médias dos 5 anos envolventes.

Tabela 6. Taxas brutas de mortalidade nas freguesias urbanas (1781–1825)³⁵

Ano	Sé		São Pedro	S.Maria M.
	Global	Sem expostos	Global	Global
1781	33,03	27,94	33,7	
1797	31,95	26,24	28,2	
1800	31,60	24,98	33,0	
1805	21,41	17,45	29,0	33,8
1810	30,49	27,64	38,9	33,3
1815	39,64	35,97	54,5	37,5
1820	35,19	32,64	42,9	34,0
1825	38,62	35,62	37,1	35,4

Uma análise mais detalhada ao nível da freguesia (Tabelas 5 e 6) revela que nas 8 observações existentes para a Sé e São Pedro, a TBM suplanta a TBN em 4. Pelo contrário, em Santa Maria Maior a natalidade é sempre superior à mortalidade entre 1805 e 1825. Este é um dado importante a reter na medida em que no quadro do saldo fisiológico não é compreensível o rápido crescimento populacional de São Pedro face à Sé. Ao invés, o escasso crescimento natural de Santa Maria Maior não seria suficiente para explicar o incremento de efectivos. Neste sentido, poderá avançar-se a hipótese de que as rápidas e significativas flutuações observadas na evolução populacional do Funchal tenham em grande medida decorrido de movimentos migratórios internos, uma vez que os saldos fisiológicos das freguesias parecem insuficientes para justificar o crescimento populacional.

5. AS CRISES DE MORTALIDADE NA CIDADE DO FUNCHAL

Tendo sido sucessivamente apresentados vários métodos para a detecção dos anos de mortalidade extraordinária e para a avaliação da respectiva intensidade (por exemplo, Hollingsworth, 1979a; Hollingsworth, 1979b; Del Planta e Livi-Bacci, 1984), optou-se pela metodologia proposta por Jacques Dupâquier (1979), utilizada em grande parte dos trabalhos desenvolvidos a nível nacional. Esta uniformização de procedimentos facilitará uma análise comparativa posterior entre as diversas regiões do país, tanto continentais como insulares. Trata-se de um método relativa-

³⁵ Foram utilizadas médias dos 5 anos envolventes.

mente simples cuja aplicabilidade exige apenas uma base de dados, concentrando informação sobre a frequência dos óbitos registados em períodos longos³⁶.

Como resultado será possível identificar os anos de sobremortalidade numa determinada população em função dos índices obtidos e ordenados numa escala de classificação que avalia a magnitude da crise detectada. Esta escala compreende seis níveis: 1 (crise menor), correspondendo a valores do índice compreendidos entre 1 e 2; 2 (crise média), relativa a valores do índice superiores a 2 e inferiores a 4; 3 (crise forte), compreendendo os índices situados entre 4 e 8; 4 (crise maior), para valores do índice compreendidos entre 8 e 16; 5 (super-crise), correspondendo a valores do índice situados entre 16 e 32; 6 (catástrofe), para índices superiores a 32.

A maior contrariedade decorrente da aplicação deste método relaciona-se com o facto de, na média dos anos do período de referência, poderem estar incluídos anos de crise. No entanto, como sublinha Andrew Appleby, os possíveis processos de correcção sugeridos nunca se revelam completamente eficazes³⁷.

Tabela 7. Crises de mortalidade no Funchal por paróquia (1750–1830)

Anos de crise	Paróquias					
	Sé		São Pedro		Santa Maria Maior	
	Índice	Magnitude	Índice	Magnitude	Índice	Magnitude
1755	1,791	1	–	–	–	–
1768	5,895	3	–	–	–	–
1771	2,530	2	1,049	1	–	–
1778	a/n	–	1,948	1	–	–
1779	a/n	–	2,137	2	–	–
1787	4,092	3	2,669	2	–	–
1802	3,057	2	6,219	3	–	–
1808	5,905	3	11,021	4	a/n	–
1819	2,275	3	a/n	–	3,358	2
1826	1,433	1	2,492	2	3,556	2

Nota: a/n = ano normal

³⁶ O método adoptado desenvolve-se pela aplicação da fórmula: $I_x = D_x - M_x / \sigma_x$ onde, I_x , é o índice de mortalidade do ano x ; D_x , é o número de óbitos no ano x ; M_x , é o número médio de óbitos encontrado para os 10 anos precedentes; σ_x , é o desvio padrão do número anual de óbitos durante os 10 anos do período de referência.

³⁷ APPLEBY, 1979.

Tomando como ponto de partida a paróquia da Sé, para a qual existe uma série de óbitos de maior amplitude temporal, verificou-se terem aqui ocorrido 4 crises de mortalidade durante a segunda metade do século XVIII (Tabela 7). Para a análise das possíveis causas que as teriam despoletado, bem como para a aferição dos seus efeitos na cidade e ilha, recorreremos principalmente a fontes oficiais depositadas no Arquivo Histórico Ultramarino³⁸.

A primeira crise, ocorrida em 1755, teria na sua origem uma forte carência de cereais para o sustento das populações. Esta realidade é corroborada pelo ofício de 1 de Outubro de 1754 do governador do Funchal onde se refere a incapacidade das autoridades em assegurar o provimento alimentar para além de um trimestre e, concomitantemente, sustentar a elevada mortandade³⁹.

Os anos de sobremortalidade de 1768 e 1771 parecem ter por causa o surto epidémico de sarampo, agravado por uma crise frumentária e figuram como a maior crise do século XVIII⁴⁰. A sua manifestação foi motivo de preocupação das autoridades que, em 1768, davam conta dos seus efeitos à Secretaria de Estado da Marinha e Negócios Ultramarinos. O morbo iniciou-se em Abril de 1768 na cidade do Funchal, alastrando-se rapidamente a toda a ilha. Contudo, a intensidade mortífera acentuou-se no Verão, um período sempre marcado por uma menor disponibilidade de água potável, tendo ocorrido surtos de «desenteria de sangue», cujos efeitos seriam, segundo o governador, ainda mais nefastos⁴¹. Da mesma forma, o governador referencia em 1770 a ocorrência de uma «arreatada epidemia de moléstias»⁴², atestando o carácter recorrente destes surtos. Presumimos que o impacto desta situação de turbulência epidémica se tivesse alastrado às restantes paróquias urbanas, uma vez que em São Pedro o número de óbitos cresce bruscamente em 1768, sendo também aqui identificada uma crise menor em 1771.

Em finais da década de 1770 a cidade foi novamente palco de mortalidade extraordinária. Os anos de 1778 e 1779 foram, respectivamente, marcados por crises de grau 1 e de grau 2 na paróquia de São Pedro, enquanto na Sé o volume de óbitos permanece normal. Esta situação decorreu sobretudo da escassez de alimentos, como sugere a solicitação de envio urgente de navios com trigo, apresentada em Dezembro de 1777⁴³. Contudo o panorama do conjunto da ilha da Madeira poderá

³⁸ Esta pesquisa assenta em fontes primárias, partindo das referências enunciadas por GUERRA, 2010 e do catálogo da documentação relativa à Madeira depositada no Arquivo Histórico Ultramarino.

³⁹ AHU – *Madeira*, cx. 1, doc. 48.

⁴⁰ CARITA, 1989: 214 e FERRAZ, 1990: 22. Com efeito, nas vereações do Funchal relativas a 1770 assinala-se uma «grande seca», ARM – *Vereações do Funchal*, ano de 1770, fls. 11-12 e 28v.

⁴¹ AHU – *Madeira*, cx. 2, docs. 340-342.

⁴² AHU – *Madeira*, cx. 17, doc. 4846.

⁴³ AHU – *Madeira*, cx. 3, doc. 459.

ter sido mais complexo. Rui Carita relata um conjunto de maus anos agrícolas desde inícios da década de 1770, cujos efeitos conduziram ao aumento dos óbitos em várias paróquias rurais da Madeira⁴⁴.

O último momento crítico observado no século XVIII corresponde ao ano de 1787, durante o qual se detectaram crises de magnitude 3 e 2, na Sé e em São Pedro, respectivamente. A existência de referências quer sobre a adopção de providências para evitar o contágio da peste que alastrava em Argel, quer para se evitar o consumo de géneros comestíveis corruptos e prejudiciais à saúde aponta para uma possível natureza epidémica, articulada com problemas nas subsistências, da sobremortalidade⁴⁵. Mesmo com efeitos desiguais nas várias freguesias da ilha, o facto é que a escassez de cereais também afectava a mortalidade. Por exemplo, Rogério Pereira Duarte refere, para o período entre 1760 e 1786, os seguintes anos de escassa produção cerealífera: 1760, 1769, 1770, 1774, 1777 e 1786. Em três destes seis casos as más colheitas antecederam crises de mortalidade identificadas na Tabela 7: por exemplo em 1771, em 1777 e em 1787. O mesmo autor aponta também para períodos de seca em 1782-1786, em 1801 e 1802, e nos 10 anos anteriores a 1818, casos em que, novamente, as catástrofes naturais antecedem ou se sobrepõem a crises de mortalidade⁴⁶.

Após catorze anos de acalmia, a crise de 1802 assume contornos particularmente gravosos em São Pedro, enquanto na Sé não ultrapassa o grau médio. Embora se desconheça com exactidão a sua origem, refira-se que a primeira ocupação da ilha por soldados ingleses sucede entre Julho de 1801 e Janeiro de 1802, potenciando as probabilidades de contágio relativamente a doenças provenientes do exterior. Todavia importa ressaltar a ocorrência de crises frumentárias em finais do século, concretamente em 1799 e 1800⁴⁷. O efeito combinado da falta de víveres, maior densidade populacional na cidade devido ao aquartelamento dos britânicos e do próprio contágio de doenças entre os militares poderá explicar um eventual surto epidémico.

A mortalidade excepcional registada em 1808 – atingindo um grau de magnitude 4 em São Pedro e de magnitude 3 na paróquia da Sé – apresenta-se como a maior crise dentro do período observado. A subida no volume de óbitos estaria ainda relacionada com a nova ocupação do Funchal pelas tropas inglesas desde Dezembro de 1807. Com efeito, informações fornecidas por vários documentos

⁴⁴ CARITA, 1989: 217-219.

⁴⁵ AHU – *Madeira*, cx. 4, docs. 790-798.

⁴⁶ DUARTE, 1997: 31-32, 36, 58-59.

⁴⁷ Cf. ARM – *Câmara Municipal do Funchal*, Setembro de 1799, fl. 128, idem, Novembro de 1800, fl. 12v., cit. por GUERRA, 2010. A Madeira foi ocupada duas vezes por forças inglesas. A primeira entre Julho de 1801 e Janeiro de 1802, a segunda entre Dezembro de 1807 e Outubro de 1814.

coevos vêm confirmar a excessiva incidência de doenças na população militar, bem como o seu carácter contagioso e maligno⁴⁸.

Embora a especificidade do método utilizado para a identificação dos anos de sobremortalidade não tenha permitido assinalar em Santa Maria Maior qualquer crise em 1808 sabe-se, entretanto, que o volume de óbitos triplicou em relação ao ano precedente, o que indicia claramente a propagação de epidemias em toda a área urbana.

A partir de 1808, e ao longo de 22 anos, registaram-se apenas 2 anos de mortalidade excepcional, em 1819 e 1826. No primeiro, foram unicamente afectadas as populações da Sé e Santa Maria Maior, com diferentes graus de intensidade, enquanto em São Pedro o volume de óbitos se manteve nos níveis de normalidade. No último ano, todas as paróquias atravessaram um momento crítico, que assumiu menor gravidade na Sé.

Considerando todo o período observado e a informação disponível para cada uma das paróquias da cidade, pode concluir-se pela ocorrência de 4 crises menores, 7 crises médias, 5 crises fortes e uma crise maior. Em nenhum momento foi detectada uma super-crise ou catástrofe, constatando-se a prevalência de sobremortalidades de baixa intensidade (menores e médias). Por outro lado, todas as crises foram de curta duração, à excepção da identificada em São Pedro nos anos de 1778 e 1779.

Embora o carácter exploratório deste estudo não tenha permitido aprofundar os contextos em que cada uma destas crises ocorreu, as fontes consultadas apontaram claramente para uma recorrente escassez de cereais e para uma pobreza generalizada que, agravadas em maus anos agrícolas e em períodos de seca e escassez de água potável, poderiam por si só desencadear um cenário de crise. Por outro lado, a natural abertura do porto do Funchal às várias rotas marítimas e a ocupação inglesa durante as guerras napoleónicas, propiciaram a importação de epidemias que, em alguns anos, viriam a potenciar as estruturais crises frumentárias e as sempre deficientes condições sanitárias e de abastecimento de água.

6. CONCLUSÕES

Este estudo em torno das dinâmicas demográficas e das crises de mortalidade na cidade do Funchal, entre 1750 e 1830, teve como suporte o conhecimento básico da evolução do número de efectivos da cidade e a quantificação das variáveis demográficas da natalidade e mortalidade, em especial desta última. A análise destes elementos permite uma primeira aproximação aos sistemas demográficos vigentes nesta cidade que, em finais do século XVIII figurava como a principal urbe das ilhas adjacentes e uma das principais no contexto continental.

⁴⁸ AHU – *Madeira*, cx. 8, docs. 1865-1872 e 1879.

No decurso do período o volume de efectivos da cidade do Funchal evoluiu em contra-ciclo com a realidade da ilha da Madeira. De 1781 a 1825, período para o qual existem dados comparativos, a cidade registou um crescimento muito modesto, quase imperceptível, dos seus habitantes. Pelo contrário a Madeira aumentou significativamente o seu peso demográfico a um ritmo três vezes superior ao da cidade. Como consequência o Funchal diminuiu a sua representatividade, ao mesmo tempo que se operaram alterações ao nível da representatividade das freguesias urbanas: após 1805 a freguesia da Sé perdeu um significativo número de habitantes, valor compensado com o aumento verificado nas restantes paróquias.

O estudo do volume de nascimentos e óbitos (1750-1830) coligidos quer a partir dos registos paroquiais, quer a partir de séries já publicadas, aponta para um total de 31,803 baptismos e 29,139 óbitos, sem contar com o movimento dos expostos que, porventura, perturba a análise. Aceitando à partida a qualidade das fontes manuseadas conclui-se pela existência de um crescimento natural praticamente nulo dos efectivos. Esta realidade encontra explicação, por um lado, na proximidade das taxas brutas de natalidade e mortalidade em anos normais, por outro, na eclosão de crises de mortalidade. Apesar da mortalidade excepcional não ser recorrente e da maioria das crises registar uma magnitude ligeira a média, certo é que entre 1750 e 1830 a cidade registou diversos anos de saldos fisiológicos negativos que travaram o crescimento populacional.

Da análise dos óbitos do Funchal destacam-se os anos de 1755, 1768-1771, 1787, 1802, 1808, 1819 e 1826 como os de particular gravidade, ou seja, de marcada crise. Contudo seriam as crises de 1768-1771 e de 1808 a registar efeitos mais trágicos. Na origem da escalada da mortalidade parece ter estado a deflagração de epidemias – como o sarampo em 1768-1771, embora a documentação raramente permita a clara identificação das doenças. Mesmo assim importa destacar a sistemática referência a crises frumentárias, como as de 1755, 1768, 1777, 1799-1800. Se em vários casos a falta de víveres coincidiu com os surtos epidémicos, noutros parece ter criado um quadro mais propício à sua manifestação, numa ilha marcada por uma agricultura de subsistência, bastante dependente quer dos ciclos da produção e exportação de vinho, quer dos cereais de sequeiro, quer das próprias conjunturas do comércio internacional.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Paulo Dias de (1817) – *Descrição da ilha da Madeira em geral e cada uma das suas freguesias, vilas e lugares em particular. Suas produções, número de fogos e seus habitantes e estado actual de suas fortificações, acompanhada de estampas, referindo-se ao mapa geral da mesma ilha.* In ALMEIDA, Eduardo de Castro e (org.), *Arquivo de Marinha e Ultramar: inventário. Madeira e Porto Santo.* Coimbra: Imprensa da Universidade, 1907, vol. I, p. 473-487.
- APPLEBY, Andrew B. (1979) – *Crises of mortality, periodicity, intensity, chronology and geographical extent.* In CHARBONNEAU, Hubert, LAROSE, André, orgs. – *The Great Mortalities: methodological studies of demographic crises in the past.* Liège: Ordina Ed., p. 283-294.

- BRANCO, Jorge de Freitas (1987) – *Camponeses da Madeira: as bases materiais do quotidiano no arquipélago (1750-1900)*. Lisboa: Dom Quixote.
- CARITA, Rui (1982) – *Paulo Dias de Almeida tenente coronel do Real Corpo de Engenheiros e a sua descrição da Ilha da Madeira de 1817-1827*. Funchal: Direcção Regional de Cultura.
- CARITA, Rui (1999) – *História da Madeira*, volume V – *O Século XVIII: Economia e Sociedade*. Funchal: Secretaria Regional de Educação.
- DINIS, Márcia José de Barros Fernandes (2001) – *Os Expostos no Concelho do Funchal (1820-1864). Um Estudo de História social*. Funchal: Secretaria Regional do Turismo e Cultura – Centro de Estudos de História do Atlântico.
- DUARTE, Rogério Pereira (1997) – *A Madeira no tempo de Pombal: o quadro natural, as comunicações e as depreciações*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Dissertação de Mestrado.
- DUPÂQUIER, Jacques (1979) – *Lanalyse statistique des crises de mortalité*. In CHARBONNEAU, Hubert, LAROSE, André, orgs. – *The Great Mortalities: methodological studies of demographic crises in the past*. Liège: Ordina Éditions, p. 83-112.
- FERRAZ, Maria de Lurdes de Freitas (1990) – *A Cidade do Funchal na 2ª Metade do Século XVIII – freguesias urbanas*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, série separatas, 229.
- GUERRA, J. V. (2010) – *Breve cronologia do Funchal: 1419 a 1976*. Separata da publicação «Funchal 500 anos: Momentos e documentos da História da nossa Cidade». Funchal: Secretaria Regional do Turismo e Cultura – Arquivo Regional da Madeira.
- HENRY, Louis (1970) – *Manuel de Démographie Historique*, 2ª ed. Genève: Librairie Droz.
- HOLLINGSWORTH, T. H. (1979a) – *A preliminary suggestion for the measurement of mortality crises*. In CHARBONNEAU, Hubert, LAROSE, André, orgs. – *The Great Mortalities: methodological studies of demographic crises in the past*, Liège, Ordina Éditions, p. 21-28.
- HOLLINGSWORTH, T. H. (1979b) – *Problems of population crises. Organizer's report*. In CHARBONNEAU, Hubert, LAROSE, André, orgs. – *The Great Mortalities: methodological studies of demographic crises in the past*. Liège: Ordina Éditions, p. 271-282.
- JARDIM, Maria Dina dos Ramos (1996) – *A Santa Casa da Misericórdia do Funchal, século XVII. Subsídios para a sua História*. Funchal: Secretaria Regional do Turismo e Cultura – Centro de Estudos de História do Atlântico.
- LEBRUN, François (1980) – *Les Crises Démographiques en France aux XVIIe et XVIII siècles*. «Annales. Economies, Sociétés, Civilisation», vol. 35, n.º 2. Paris, p. 205-234.
- PÉREZ MOREDA, V. (1980) – *Las Crisis de Mortalidad en la España Interior, siglos XVI-XIX*. Madrid: Siglo Veintiuno.
- PIAZZA, Walter F. (1992) – *A Epopéia Açórico-Madeirense – 1748-1756*. Florianópolis: UFSC/Lunardelli.
- MATOS, Paulo Teodoro (2012) – *A estatística da população no ultramar português, 1750-1800. Elementos para o seu estudo*. In Universidade Católica Portuguesa, org. – *Diafanias do Mundo. Homenagem a Mário F. Lages*. Lisboa: Universidade Católica Editora, p. 379-394.
- MATOS, Paulo Lopes de, SOUSA, Paulo Silveira e (2008) – *População e movimentos migratórios. A atracção pelo Brasil (1766-1836)*. In MATOS, Artur Teodoro de, MENESES, Avelino de Freitas de, LEITE, José Guilherme Reis, coords. – *História dos Açores*. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, vol. I, p. 535-577.
- MATOS, Paulo, MARQUES, A. H. de Oliveira (2001) – *A Base Demográfica*. In SERRÃO, Joel, MARQUES, A. H. de Oliveira, coords. – *História de Portugal – A Instauração do Liberalismo*, Lisboa: Ed. Presença, vol. IX, p. 13-45.
- RAU, Virgínia (1965) – «Dados sobre a emigração madeirense para o Brasil no século XVIII», *Separata das Actas do I Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*. Coimbra: Gráfica de Coimbra.

